



Breve ensaio sobre a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais amazônidas

Brief essay on the subjective logic of peoples and traditional Amazonian communities

Girlián Silva de Sousa – Possui graduação em Ciência Econômicas pela Universidade Estadual de Santa Cruz (2011) e mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará (2015). Atua principalmente nos seguintes temas: Segurança Alimentar e Nutricional Políticas públicas e Caça de subsistência. E-mail: gyr_gil@yahoo.com.br

Juarez Carlos Brito Pezzuti – Biólogo pela Universidade Estadual de Campinas UNICAMP, mestre pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA, Ecologia) e doutor pela UNICAMP (Ecologia). Atualmente professor da Universidade Federal do Pará, no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA-UFPA), lecionando e orientando alunos de mestrado e doutorado nos Programas de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGSDTU/NAEA) em Zoologia (PPGZool/UFPA-MPEG) e em Ecologia Aquática e Pesca (PPGEAP/UFPA). Linhas de atuação: Ecologia, Etnoecologia e Manejo de Fauna, com ênfase em répteis aquáticos. E-mail: juarez.pezzuti@gmail.com

Resumo

O trabalho de pesquisa sobre os povos e comunidades tradicionais exige o reconhecimento das particularidades socioculturais desses agentes e a adoção de abordagens teóricas que deem conta da complexidade das relações que se estabelecem entre as sociedades tradicionais, a natureza e o mercado, cujas influências ideológicas se fazem cada vez mais presentes na medida em que se intensificam as relações entre esses povos e a sociedade capitalista urbana. Nesse sentido, as relações econômicas precisam ser analisadas sem perder de vista as relações sociais e simbólicas evitando-se a confusão entre a lógica econômica do contexto social do pesquisador com a lógica subjetiva dos agentes estudados. Este artigo discute a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais e a partir das perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia Econômica e da Etnografia.

Palavras-chave

Povos e Comunidades Tradicionais. Lógica Subjetiva. Racionalidade Econômica. Recursos Naturais.

Abstract

The research work on traditional peoples and communities requires recognition of the sociocultural characteristics of these agents and the adoption of theoretical approaches that give account of the complexity of relations established between the traditional societies, nature and the market, whose ideological influences are made increasingly present as they intensify the relationship between these people and the urban capitalist society. In such sense, the economic relations need to be analyzed without losing sight of the social and symbolic relationships avoiding to confusion between the economic logic of the social context of the researcher with the subjective logic of the agents studied. This article discusses the subjective logic of traditional peoples and communities and from the theoretical and methodological perspectives of the Economic Anthropology and Ethnography.

Keywords

People and Traditional Communities. Subjective Logic. Economic Rationality. Natural Resources.

INTRODUÇÃO

Interpretar a realidade sociocultural de uma comunidade tradicional amazônica sem confundir a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais com a lógica econômica da sociedade capitalista urbana na qual nós pesquisadores estamos inseridos é um desafio bastante significativo. O desafio introduz-se na escolha do tipo de abordagem a ser utilizada, especialmente em se tratando de estudos econômicos, cujo *mainstream* do pensamento econômico preconiza uma racionalidade hedonista e maximizadora de satisfação nas ações dos indivíduos.

Em meados do século XIX, os economistas William Stanley Jevons, Carl Menger e Carl Menger, a partir de estudos independentes formularam a versão da teoria do valor-utilidade que mais tarde se tornaria o cerne da ortodoxia neoclássica, ainda hoje, corrente hegemônica do pensamento econômico (HUNT; LAUTZENHEISER, 2013). Segundo a teoria do valor-utilidade, o homem atribui valor aos objetos e aos serviços na medida em que estes satisfazem suas necessidades. Ou seja, o valor de uma mercadoria ou serviço é determinado pelo grau de satisfação ou utilidade que ela oferece. Por conseguinte, a racionalidade dos agentes econômicos é o princípio fundamental da escola neoclássica, segundo a qual, perante um conjunto de opções, os indivíduos escolheriam livremente a opção considerada mais vantajosa (LOPES; VASCONSCELOS, 2008).

À vista disso, os dois principais campos de estudo da economia são a Macroeconomia e a Microeconomia. A macroeconomia dedica-se ao estudo dos agregados econômicos, as forças que influem na economia como um todo, produção nacional total, renda, desemprego, balança de pagamentos e taxa de inflação. A microeconomia estuda o processo de decisão de alocação dos recursos escassos das unidades econômicas individuais, e, como essas unidades formam os mercados (PINDYCK; RUBINFELD, 2006).

As unidades econômicas individuais englobam consumidores, trabalhadores, investidores, proprietários de terras, empresas e quaisquer agentes que participem do funcionamento da economia. Se por um lado a microeconomia se interessa em saber como as unidades econômicas determinam o número de trabalhadores a contratar, a quantidade de produtos a produzir e a quais preços, assim como os trabalhadores decidem onde trabalhar, também investiga porque e como os agentes tomam decisões econômicas através da análise do comportamento do consumidor.

A teoria do comportamento do consumidor é o arcabouço teórico que auxilia na predição de como o agente sob os estímulos e restrições operados por variações nos preços e na renda alocará sua renda limitada entre os bens e serviços que deseja adquirir. O preço possui papel fundamental no processo de escolhas

dos agentes, todos os *trades-offs* das unidades econômicas se baseiam nos preços. Portanto, um papel fundamental da microeconomia é explicar como os preços são formados (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FERGUSON, 1994 1999?).

Admitindo que a microeconomia parte de abstrações que permitem a construção de modelos de grande contribuição para a análise econômica, atualmente, os microeconomistas reconhecem a impossibilidade de detenção da informação perfeita por parte do consumidor, assim como a improbabilidade do consumidor perfeitamente racional e maximizador de satisfação (PINDYCK; RUBINFELD, 2006; FERGUSON, 1994). Isto se deve à admissão de que estímulos como o *marketing*, a propaganda e o desejo de distinção social, interferem no processo de escolha e no nível de consumo dos agentes, imiscuindo o consumo conspícuo nas noções de “necessidade” e “satisfação” do consumidor. O reconhecimento da existência de tais estímulos compromete a noção clássica de racionalidade econômica e maximização de satisfação.

Indo além nas críticas, a Antropologia Econômica refuta o postulado do *homo economicus* e todas as suas implicações e desdobramentos teóricos. No cerne dessa negação está a observância acerca das características socioculturais das sociedades categorizadas como “tradicionais”, que em essência contrariam os postulados da lógica utilitarista, ainda que nas últimas décadas estas sociedades venham sofrendo de forma crescente as influências da sociedade capitalista urbana, por meio da intensificação das relações econômicas com o mercado.

Essas sociedades possuem peculiaridades em seu modo de viver, tais como as formas de organização do seu tempo cronológico, da divisão do trabalho por sexo e idade e geração e na forma de relação com a natureza. Em dessemelhança com a sociedade capitalista urbana, na qual, o que vale é o que está escrito, as sociedades tradicionais se apoiam em regras não escritas. Existe um marco social da palavra empenhada que liga as condições sociais e discursivas entre palavra e ato. A escrita tem a função prioritariamente para as relações com as instâncias administrativas da cidade (SUESS; MENDOZA, 2011, p.13).

Isto posto, este artigo propõe uma breve reflexão sobre a racionalidade, e a lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais, a partir das perspectivas teórico-metodológicas da Antropologia Econômica e da Etnografia.

1 SOBRE A ECONOMIA, SEU CAMPO DE ESTUDO E AS RELAÇÕES SOCIAIS

O postulado da propensão natural do homem à barganha, à troca e à permuta, defendido por Adam Smith, deu origem ao conceito de Homem

Econômico, um dos axiomas da teoria econômica clássica. Tal pressuposto e todo o arcabouço teórico a partir daí desenvolvido dão origem ao longo e complexo debate sobre os conceitos de racionalidade econômica, o modo de produção capitalista e as transformações provocadas por esse sistema na sociedade humana.

Em refutação a esse pressuposto diz Polanyi (2000, p. 63): “em retrospecto, pode-se dizer que nenhuma leitura errada do passado foi tão profética do futuro”. Polanyi assegura que fora preciso um “moinho satânico” (a economia de mercado) para triturar todo o tecido social e sacudir a raça humana tanto em suas atividades econômicas como em suas aspirações políticas, intelectuais e espirituais para que surgisse essa propensão em particular.

Ainda em sua crítica sobre tal predisposição humana, Polanyi (2000) esclarece que tanto a motivação ao ganho quanto à expectativa de remuneração pelo trabalho não são naturais ao homem, uma vez que nem o desejo de obtenção do lucro nem o pagamento como estímulo ao trabalho foram impulsos encontrados em qualquer sociedade primitiva. Não obstante, a reciprocidade, a competição, o prazer do trabalho e a aprovação social são os incentivos habituais do trabalho.

A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo (POLANYI, 2000, p. 62).

No que diz respeito à divisão do trabalho, o autor ressalta que esta é tão antiga quanto à sociedade e tem origem em fatores como diferenças de gênero, geografia e capacidade individual. O erro axiomático de Smith induziu seus seguidores a ignorar as civilizações primitivas em decorrência da constatação da inadequação do homem primitivo à psicologia capitalista. Assim, o homem primitivo foi rotulado como “não civilizado” e o interesse por sua cultura abandonado. Polanyi (2000) explica que a história e a etnografia comprovam que existiram várias espécies de economia, inclusive com a presença do mercado como instituição, mas que o ganho e o lucro nunca antes foram tão importantes para uma sociedade e que uma economia autorregulada por mercados surge apenas na sociedade pós-revolução industrial.

Desse modo, um sistema de mercado autorregulado inverte as relações entre a sociedade e o mercado, transformando-a num acessório deste, ao inserir as relações sociais no sistema econômico. Para que tal cenário ocorra, é necessário que a sociedade passe anteriormente por um processo de modelagem que submeta o seu funcionamento às leis do sistema de mercado, que pressupõe que todas as rendas sejam provenientes da venda de uma mercadoria, quer seja a terra, o capital ou o trabalho, e que somente seus preços (aluguel, juros e salário) de mercado regulem a economia (POLANYI, 2000). A atuação indispensável do dinheiro como símbolo do poder de compra de seus detentores é fundamental para o funcionamento do sistema capitalista ao mesmo tempo em que impõe a qualquer indivíduo que viva nesse tipo de sociedade a garantir a sua sobrevivência através do acesso ou da posse do mesmo, ou seja, por meio da renda, que deve ser proveniente da venda de algum tipo de mercadoria.

A lógica capitalista considera “mercadoria” qualquer produto que se destine a satisfação das necessidades humanas de qualquer espécie, seja como meio de subsistência, consumo ou como meio de produção. Sobre a definição empírica de uma mercadoria, Polanyi (2000, p. 94) observa:

O ponto crucial é o seguinte: trabalho, terra e dinheiro são elementos essenciais da indústria. Eles também têm que ser organizados em mercados e, de fato, esses mercados formam uma parte absolutamente vital do sistema econômico. Todavia, o trabalho, a terra e o dinheiro obviamente não são mercadorias. O postulado de que tudo o que é comprado e vendido tem que ser produzido para venda é enfaticamente irreal no que diz respeito a eles. Em outras palavras, de acordo com a definição empírica de uma mercadoria, eles não são mercadorias. Trabalho é apenas outro nome para atividade humana que acompanha a própria vida que, por sua vez, não é produzida para venda, mas por razões inteiramente diversas, e essa atividade não pode ser destacada do resto da vida, não pode ser armazenada ou mobilizada. Terra é apenas outro nome para a natureza, que não é produzida pelo homem. Finalmente, o dinheiro é apenas um símbolo do poder de compra e, como regra, ele não é produzido, mas adquire vida através do mecanismo dos bancos e das finanças estatais. Nenhum deles é produzido para a venda. A descrição do trabalho, da terra e do dinheiro como mercadorias é inteiramente fictícia.

Outro ponto de dissidência nas ciências sociais diz respeito à economia e seu campo de abrangência. Muitas análises econômicas são desenvolvidas à margem das relações sociais da sociedade estudada. Fala-se em sistema econômico e em mercado como algo extraterreno e alheio aos seres humanos que os criam, desenvolvem, legitimam e sofrem suas externalidades.

Por trás do tão discutido mercado, existem seres humanos dotados de história, que interagem entre si, influenciam e sofrem influências da estrutura social em que se inserem. Desse modo, a análise socioeconômica de determinada sociedade ou população não pode ser dissociada do conhecimento da história do campo de estudo, da análise das relações sociais que nele se desenvolvem, da práxis e da lógica subjetiva desses agentes. Tal visão diverge da corrente marginalista da economia, segundo a qual a economia é a ciência cujo objeto de estudo é o comportamento humano em termos de escolha de estratégias racionais para alocação dos escassos meios para atingir os fins. Uma alternativa a este tipo de abordagem que pressupõe um racionalismo teleológico é a utilização da Antropologia Econômica de Karl Polanyi e Maurice Godelier.

Para os substantivistas como Karl Polanyi, o estudo econômico é a análise das formas e estruturas sociais de produção, distribuição e circulação dos bens materiais que caracterizam esta sociedade em um determinado momento da sua existência (GODELIER, 1976). Segundo Polanyi (2000), o significado substantivo de “econômico” alude à dependência da subsistência humana em relação a seus semelhantes e à natureza. Diz respeito ao intercâmbio com o meio ambiente natural e social, conforme esta permuta resulta na sua necessária satisfação material.

Embora concorde com as críticas de Polanyi ao pensamento econômico marginalista, Maurice Godelier (1976) considera sua concepção insuficiente para explicar a abrangência do campo de estudo econômico. Segundo sua visão, embora a análise do comportamento dos indivíduos e grupos sociais durante suas ações e processos de escolhas constitua um dos objetivos da ciência econômica, este não sintetiza todo o seu domínio como pressupõem os teóricos marginalistas. Esta visão omite as particularidades implícitas dos sistemas econômicos e sociais, ou seja, as peculiaridades não intencionadas e invisíveis que, em última instância, determinam a lógica profunda e a evolução de tais sistemas.

A exclusão das relações sociais e da história nas análises econômicas reveste a ciência econômica da mitologia do *homo economicus* e reproduz a visão burguesa da sociedade, legitimando o discurso da racionalidade maximizadora do interesse individual ou de grupos sociais em competição na sociedade, reduzindo-a a um mercado de valores e bem estar (GODELIER, 1976).

Por outro lado, ao classificar a economia em três tipos (mecanismos de reciprocidade, redistribuição e economias integradas), Polanyi utiliza os conceitos de Marx de maneira inacabada, pois sua classificação se limita aos aspectos visíveis do funcionamento dos distintos sistemas econômicos e sociais, por meio de categorias superficiais e confusas (GODELIER, 1976). Em um processo de

produção estão contidos vários processos de trabalho, entendidos como relações dos homens entre si dentro de suas relações materiais com um meio ambiente determinado, combinado a uma tecnologia determinada.

Entretanto, as relações entre produtores e não produtores na apropriação e controle dos meios de produção e dos produtos resultantes do trabalho do ribeirão (produtos da caça, da pesca, da agricultura e do artesanato), podem se apresentar sob a forma de relações de parentesco ou de subordinação política ou religiosa, e a reprodução destas relações de produção passará então pela reprodução destas relações de parentesco ou de subordinação política ou ideológica (GODELIER, 1976).

Para compreender a lógica real de um sistema econômico, a análise deve seguir o princípio metodológico de começar pela produção e não pela circulação dos bens. Também não deve equivocar-se com a aparência dos fatos visíveis nem se confundir com as representações espontâneas inerentes aos agentes econômicos do sistema mediante sua atividade de reprodução. A análise dos diversos modos de produção e circulação de bens deve se pautar na investigação e descoberta daquilo que está além da lógica aparente e visível, atingir a lógica implícita e invisível. Deve investigar e descobrir as condições estruturais e históricas da sua aparição, reprodução e desaparecimento na história (GODELIER, 1976).

Godelier considera que uma teoria científica sobre uma sociedade e sua história deve buscar evidenciar as relações estruturais de correspondência e casualidade entre as camadas e esferas que compõem uma sociedade concreta, sem, entretanto, negar a relativa autonomia e inflexibilidade dessas esferas. Quando não, a economia política se transforma em um domínio teórico fetichista, sob o pressuposto de que as relações econômicas possam ser limitadas a análise do que são ou aparentam ser nas relações econômicas.

2 O CONCEITO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E SUAS INFERÊNCIAS

A utilização das categorias “populações tradicionais”, “povos tradicionais” e “comunidades tradicionais” está longe de ser um consenso, e isto decorre das significações adotadas por cada autor, o que aduz à imprescindibilidade do reconhecimento da pluralidade sociocultural desses povos como requisito para conquista de direitos. A Política Nacional de Desenvolvimento dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNDSPCT) adota os termos “comunidades” e “povos tradicionais” em sintonia com a visão segundo a qual o termo “populações” se mostra ineficiente para a representação do sentido de mobilização social contido

no conceito de “comunidades tradicional” (ALMEIDA, 2008). Segundo esse autor, a acepção de “tradicional” deixa de se referir a um suposto isolamento geográfico e cultural para expressar mobilização pela garantia de direitos.

Sobre a dimensão político-social que envolve o conceito de povos e comunidades tradicionais, Almeida (2008) salienta que a territorialidade é um elemento de identificação, fortalecimento e defesa das comunidades tradicionais, fenômeno constatado mesmo em situações de apropriações temporárias de recursos naturais por grupos categorizados como nômades. Para o autor, o “tradicional” apresenta-se como operativo e reivindicativo de direitos, numa dinâmica de mobilização que reflete os conflitos sociais nas áreas ocupadas por esses povos. E embora classificados sob a mesma categoria, os critérios que agrupam e mobilizam os diferentes povos tradicionais são heterogêneos.

Esta categorização do “tradicional” ultrapassa a expressão folclórica, monumental e arqueológica da cultura e abrange os aspectos relacionados aos valores, regulações e modo de viver. Desse modo, o conceito de “comunidades tradicionais” inter-relaciona os valores culturais, o modo de viver às ações desses povos. A importância do reconhecimento do pluralismo por parte do Direito, bem como o entendimento do ambiente no qual se faz uso das normas, assim como da atenção e da interpretação que as pessoas daquele ambiente lhes conferem, é condição indispensável para o respeito à pluralidade cultural (DUPRAT, 2007).

Conforme Shiraishi Neto (2007) observa-se em vários países o processo de constante oscilação entre legitimação e negação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais, demandando o reconhecimento do caráter pluricultural e multiétnico das sociedades para a construção do campo jurídico do “direito étnico”, permitindo que o direito seja pensado a partir da situação vivenciada pelos povos e comunidades tradicionais, superando-se, assim, os esquemas jurídicos pré-concebidos.

Nesse sentido, a política de universalização das disposições jurídicas cria dificuldades para a reprodução física e sociocultural dos povos e comunidades tradicionais devido à abstração das particularidades dos modelos extrativistas e do modo de viver dos distintos sujeitos e grupos sociais categorizados como “tradicional”, agravando problemas socioambientais. Desse modo, o reconhecimento das diferenças, por parte do direito, é uma condição para indispensável para a retirada desses povos da “invisibilidade” (SHIRAISHI NETO, 2007).

Sob a perspectiva do seu modo de reprodução social, as comunidades tradicionais assemelham-se ao modo de produção pré-capitalista, na qual o trabalho ainda não desempenha função de mercadoria, embora a dependência

do mercado já se faça presente de forma moderada. Nesse sentido, sua lógica econômica difere da lógica da sociedade capitalista cuja motivação é o lucro. Essas características se mostram evidentes no tipo de manejo dos recursos naturais e na relação desses povos com a natureza (DIEGUES, 1999; 1983; SUESS; MENDOZA, 2011). Em se tratando dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, o extrativismo dos recursos aquáticos e florestais caracteriza sua reprodução social. Entretanto, o tipo de manejo e de recurso explorado por cada comunidade tradicional está subordinado às características ambientais do território. Se em ambientes de várzeas, à beira dos rios onde o recurso pesqueiro é abundante, ou no interior da floresta com maior dificuldade de acesso aos recursos pesqueiros (DIEGUES, 1999).

Os ribeirinhos vivem, principalmente, à beira de igarapés, igapós, lagos e várzeas. Suas vidas e habitações são reguladas e adaptadas aos ciclos das águas, que ditam o período em que cada recurso natural será explorado ao longo do ano. O período das cheias dificulta o trabalho nas roças, como também a pesca e a caça, sendo que o período da vazante e da seca é mais propício à pesca e à caça. A pesca constitui a principal fonte de proteína animal, o alimento mais abundante e importante, para algumas comunidades, e também é a principal fonte de renda para os ribeirinhos que geralmente conciliam a atividade pesqueira com o cultivo nas roças, comercializando o excedente da produção agrícola (DIEGUES, 1999).

3 ENSAIO INTERPRETATIVO DA REALIDADE SOCIOCULTURAL DAS COMUNIDADES TRADICIONAIS AMAZÔNICAS

Após 40 anos pesquisando a sociedade amazônica, o antropólogo e linguista Jürg Ulrich Gasché Suess se propõe a demonstrar que as condutas sociais das comunidades tradicionais são uma forma positiva de resistência ao modelo social capitalista neoliberal. Suess explica que seu marco teórico-interpretativo oriunda da necessidade de explicação de fatos reais observáveis que não são abarcados pelas teorias vigentes (SUESS; MENDOZA, 2011). Visando manter a originalidade das ideias do autor, não buscaremos traduzir o termo “*Bosquesino*” para o português.

Suess e Mendoza (2011) categorizam como “Sociedade *Bosquesina*” a sociedade rural amazônica formada pelos povos indígenas, comunidades mestiças, ribeirinhas e caboclas (comunidades tradicionais em geral), dotadas de características e qualidades genéricas comuns que lhes são peculiares e cujas características étnicas tradicionais mutáveis em cada localidade, são nuances desse tipo de sociedade cuja lógica subjetiva se distingue da lógica subjetiva da

sociedade capitalista urbana. Em seu livro *Sociedad Bosquesina*, Suess e Mendoza (2011) dedicam-se a esclarecer as práxis sociológicas *bosquesinas*, descrevendo suas características socioculturais, sua relação particular com o meio natural e sua racionalidade econômica. Abordam a sociedade *bosquesina* como um universo estruturado e estruturante de relações e valores sociais no qual o ator interage e constrói as motivações para a sua atuação diária (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011).

O *bosquesino* habita a zona rural da selva amazônica sobrevivendo da floresta e de suas águas, de onde retira a maior parte dos seus recursos proteicos e vitamínicos. É caçador, pescador, coletor de matérias primas vegetais e minerais, de frutos silvestres, sementes, mel, insetos e animais aquáticos. Pratica o cultivo de corte e queima, utiliza os produtos cultivados ou coletados como matéria prima para confecção do seu artesanato. A constituição de suas casas, sua culinária, seu alimento, festas e rituais figuram a expressão dos seus valores sociais, suas práticas cotidianas compõem o saber fazer *bosquesino* (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011). Particularidades comuns atribuídas pelos autores às sociedades *bosquesinas* podem ser observadas entre as comunidades ribeirinhas das unidades de conservação da Terra do Meio:

a) Agrupamento através de laços de parentesco consanguíneos e de alianças construídas através de alianças matrimoniais, por compadrio, amizade e vizinhança. Estes laços vão além da comunidade e estabelecem relações com outras comunidades ou com a cidade. Em se tratando das comunidades da Reserva Extrativista do Rio Iriri, esta é formada por pequenos agrupamentos familiares (duas a cinco famílias) que se distribuem ao longo do rio, com nomes que identificam cada localidade (ICMBio, 2010);

b) Sua estrutura em uma unidade de co-residência não implica necessariamente em unidade laboral produtiva, nem em consenso nem em harmonia. Longe disso, o campo é conflituoso, com tensões latentes no seio da maioria das comunidades. A latência do conflito fica evidente na área de estudo através da competição entre as localidades, que impede a visão de que fazem parte da mesma Unidade de Conservação;

c) Podem ser distinguidos no seio das comunidades, “grupos de solidariedade”, pessoas que compartilham entre si recursos alimentícios, cooperam em atividades laborais, celebram juntos. Podem ser distinguidos segundo o propósito, em grupos de solidariedade laboral, solidariedade distributiva e solidariedade cerimonial. Os grupos de solidariedade distributiva são mais restritos que os demais. A reciprocidade pode ser observada tanto no aspecto distributivo especialmente de gêneros alimentícios entre os grupos

de solidariedade, quanto no aspecto da solidariedade laboral no momento de construção/cobertura de uma moradia ou da improvisação de um local que deve funcionar como uma escola que seja do interesse daquela localidade específica;

d) A solidariedade distributiva funciona como uma espécie de “seguro social”, pois, garante a cada pessoa a segurança alimentícia e material em situação de escassez, bem como o prazer de compartilhar e consumir juntos em momentos de abundância, o que confere prestígio social àquele que convida.

e) Inexistência de solidariedade entre os produtores, que permitiria aos comunitários de uma mesma comunidade atuarem coletivamente no mercado para conseguir maiores vantagens comerciais.

As redes de relações sociais são imprescindíveis para o *bosquesino* tanto internamente quanto a nível externo, com comunidades vizinhas, com as cidades mais próximas e até mesmo com cidades localizadas em outros estados. Esta *rede* funciona como uma espécie de vantagem social, econômica, cultural e política, alternativa e perspectiva de vida à disposição do *bosquesino*, como por exemplo, viagem, visita, ajuda, trabalho, acesso ao mercado ou à educação (SUESS; MENDOZA, 2011).

Entre os *bosquesinos* e os recursos naturais estabelecem-se relações sociais pautadas em valores que induzem a determinadas condutas de respeito, reciprocidade e autolimitação. Os seres humanos e os seres da natureza formam conjuntamente sua sociedade, a qual os autores denominam de “*sócio natureza*”. A natureza não se resume à matéria, contém traços pessoais com os quais necessitam conviver e intercambiar. Por essa razão, costumam dizer que, assim como as roças, os piques de castanhas, o objetos têm dono, certos recursos naturais ou biótopos, também os têm, o que significa que fazer uso de um recurso que tem dono simboliza “dever” algo a seu dono e por isso se deve pedir permissão (SUESS; MENDOZA, 2011).

Nesse sentido, ressalta-se que a crença na existência protetores ou guardiões dos recursos naturais funciona como um fator que ajuda regular o uso dos recursos. Podemos citar como exemplo, a crença na existência do “*Pai da Mata*” nas comunidades ribeirinhas do Médio Xingu, onde acredita-se que o desenvolvimento do hábito de caçar repetidas vezes no mesmo local (aumento do esforço de caça), pode provocar a ira do *Pai da Mata*, que tanto pode castigar o caçador com uma “*panema*” (espécie de má sorte na caça ou na pesca), como pode aparecer e surrar o caçador (SOUSA, 2015, p. 33). Esse tipo de conhecimento funciona como um *habitus* na acepção de Bourdieu, transmitido ao longo das gerações e inibindo o risco sobre-exploração dos recursos naturais.

No que diz respeito aos projetos econômicos voltados às sociedades *bosquisnas*, Suess e Mendoza (2011) explicam como os incentivos ao desenvolvimento econômico da sociedade bosquesina funcionam como uma espécie de violência simbólica. Os autores esclarecem que a noção de “incentivo” origina-se nos meios administrativos urbanos de planejamento ambiental e equivale a qualquer meio econômico, político, social ou cultural que provoque alteração no comportamento esperado do ator para o qual se dirige.

Assim, em geral os incentivos estão pautados na racionalidade e na lógica ecológica dos planejadores ambientais urbanos, expressada e justificada em termos científicos. Tal linguagem cria uma correlação intelectual específica para a natureza segundo a visão de mundo sociocultural capitalista neoliberal e predominantemente urbana. Essa linguagem e sua assimilação diferem da interpretação do significado da natureza para o bosquesino (SUESS; MENDOZA, 2011).

A essa relação conflituosa entre a sociedade capitalista urbana e a sociedade bosquesina no campo ambiental Suess e Mendoza (2011) descrevem como uma relação de dominação e submissão:

Los incentivos, desde luego, son un instrumento que emana de la sociedad envolvente y, desde luego, son la señal de una voluntad exterior que quiere ejercerse sobre la manera de actuar de los bosquesinos. Esta relación activa – “incentivar a los bosquesinos” –, a su vez, es parte del conjunto de las relaciones sociales, políticas, económicas y culturales que vinculan la sociedad envolvente, “nacional”, urbana a la sociedad bosquesina. El conjunto de las relaciones o la relación genérica entre ambas sociedades se deja caracterizar con los términos de dominación/“sumisión”, que se refieren a la desigualdad socio-cultural (p. ej.: dificultad de acceso a la justicia, desprecio o folklorización de la cultura popular y del conocimiento ancestral amazónico), la desventaja económica (en un mercado que privilegia a los intermediarios) y la impotencia política (p. ej. dificultad de obtener el reconocimiento de organizaciones representativas, de hacer aplicar las leyes que están en su favor y de acceder a cargos políticos). En el contexto de esta relación genérica de dominación/sumisión, los incentivos, que son concebidos e implementados por el estrato social dominante, toman forzosamente una connotación manipuladora: el que domina ejerce a través de los incentivos su poder sobre el dominado. En este sentido, los incentivos son a priori un componente de las fuerzas de dominación (SUESS; MENDOZA, 2011, p. 13).

Deste modo, podemos interpretar o fracasso desses inúmeros projetos de “incentivo” como uma espécie de refração da sociedade bosquesina às imposições externas. Suess e Mendoza (2011) explicam que quando uma comunidade aceita uma proposta de inovação técnica compreendendo apenas o sentido léxico das palavras vê apenas o instrumento, mas não seu manejo, não existindo qualquer

garantia de que tal proposta seja aceita em seu sentido prático. Quando isto ocorre, ao descobrirem mais tarde, quando tentam integrar a inovação técnica ao ritmo de vida das atividades cotidianas, o projeto é abandonado.

Os projetos de desenvolvimento econômico vendem a ideia de inserção no mercado como sinônimo de satisfação das necessidades humanas através do consumo de bens e serviços, como se todas as necessidades dos comunitários e dos seres humanos em geral se resumissem a bens materiais adquiridos no mercado (SUESS, 2010; SUESS; MENDOZA, 2011). Segundo essa lógica, o homem possui necessidades ilimitadas e trabalha para ganhar dinheiro e satisfazê-las através do consumo. A situação de “pobreza” dos comunitários seria um impedimento para a satisfação dessas necessidades, o que justifica os projetos que visam aumentar a produção e o ingresso monetário para o aumento do consumo. Esse tipo de visão ignora o efeito do aumento da produção e do consumo sobre a extração dos recursos naturais.

Para Suess e Mendoza (2011), a economia de mercado ignora propositalmente a diferença entre desejos e necessidades, uma vez que o marketing empresarial cria cada vez mais produtos consumíveis que devem ser desejados através da manipulação psicológica do consumidor. Tais produtos são criados não só para a satisfação das necessidades básicas, mas principalmente para o consumo conspícuo. No tocante a esse aspecto, os autores desenvolvem uma discussão sobre necessidades e desejos, alegando que as necessidades atribuídas aos *bosquesinos*, se tratam de “necessidades relativas”, pois são elencadas tomando como referencial o padrão de vida da sociedade urbana:

De hecho, la “pobreza” de la población bosquesina se suele argumentar con “necesidades” no satisfechas. La no satisfacción de necesidades se diagnostica entonces tomando como medida referencial el estándar de vida urbano. Por consiguiente, la vida bosquesina aparece como una vida carente de una serie de elementos que satisfacen necesidades diarias en la vida urbana: desagüe, agua corriente, electricidad, pistas carrozables, disponibilidad de fármacos industriales y servicios médicos, nivel de ingreso, alimentos, etc. De esta manera se formula una apreciación objetiva por medio de la comparación, pero ésta no toma en cuenta la apreciación subjetiva del actor bosquesino [...]Tomar la palabra “necesidad” en un sentido relativo tiene como consecuencia que se acepte que el bosquesino satisface sus necesidades y no es un ser a prioricarente y “pobre” [...] asumimos que el bosquesino – a su manera – satisface sus necesidades, y, por consecuencia, lo que no satisface, no son sus necesidades (SUESS; MENDOZA, 2011, p.44).

Embora concordando com a lógica econômica do ribeirinho se difere da lógica econômica do agente urbano, este trabalho discorda da afirmação

dos autores de que serviços como água encanada, eletricidade, medicamentos industrializados, serviços médicos, alimentos e estradas transitáveis são necessidades exclusivas do agente urbano. Acreditar que os povos da floresta não precisam ou não deveriam precisar de tais serviços é concordar com a visão preconceituosa de que essas pessoas devem permanecer “primitivas” enquanto o resto da sociedade desfruta das comodidades da vida moderna. Ademais, apesar do vasto conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, esses medicamentos não são eficazes para todos os tipos de doenças que as populações tradicionais enfrentam e nem substituem a necessidade de serviços médicos. Além disso, a ausência de energia elétrica inviabiliza a manutenção de vacinas e soro antiofídico na reserva, o que pode levar à morte por falta de socorro.

As culturas tradicionais não são imutáveis ou estáticas, e sofrem mudança tanto por fatores endógenos quanto exógenos, sem que por isso deixem de estar inseridos em um modo de produção mercantil. A absorção de determinados padrões de consumo da sociedade capitalista nos países capitalistas periféricos não significa necessariamente transformação radical de padrões culturais básicos, uma vez que toda cultura tem capacidade de assimilar elementos culturais externos sem entrar em extinção (DIEGUES, 2000).

Não obstante, Suess e Mendoza (2011) alertam para o papel alienador que o sistema de ensino desempenha ao disseminar a ideologia capitalista e o preconceito contra os valores culturais bosquesinos, ao ignorar que sociedade urbana é motivada por uma lógica subjetiva distinta da lógica subjetiva dos povos e comunidades tradicionais. Concomitantemente, as cidades têm exercido influência crescente sobre as comunidades tradicionais, muitas vezes atraindo os jovens para o desejo de um estilo citadino, que em diversos aspectos diverge do modo de viver dos povos tradicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora se reconheça a importância das abstrações da teoria econômica cujos modelos fornecem instrumentos que possibilitam a predição do comportamento dos agentes econômicos, a admissão das inconsistências de alguns postulados econômicos torna-se condição indispensável para que não se incorra na reprodução do equívoco teórico, principalmente em se tratando de pesquisas envolvendo povos e comunidades tradicionais, cuja racionalidade econômica diverge da racionalidade dos agentes econômicos da sociedade capitalista moderna.

Nesse sentido, a categoria tradicional evidencia particularidades

socioculturais e políticas que os distingue enquanto povos dotados de racionalidade econômica e motivações que contraria os postulados de racionalidade teleológica e utilitarista do pensamento econômico hegemônico. Isto se reflete no fracasso de inúmeros projetos de desenvolvimento econômico de viés economicista cujo discurso vende a ideia de uma suposta pobreza a ser superada através do aumento do consumo da adoção do estilo de vida capitalista urbano. Esses projetos ignoram as práticas culturais dos povos e comunidades tradicionais, sua relação com o tempo e o espaço geográfico e simbólico.

À vista disso, adoção de abordagens que busquem entender o universo simbólico desses agentes e sua lógica subjetiva evidenciam o reconhecimento das peculiaridades do modo de viver desses povos e sua importância para conservação dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2. ed. Manaus: PPGSCA; UFAM, 2008.192 p.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 07 de fevereiro de 2007.

CASTRO, Edna Maria Ramos. Sociedade, território e conflitos: a BR-163 em questão. 1. ed. Belém: NAEA;UFPA, 2008. v. 1. 297p.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. O mito moderno da natureza intocada. 3. ed. São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

_____. Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar. São Paulo: Ática, 1983.

DUPRAT, Deborah. Prefácio. In: SHIRAIISHI NETO, Joaquim (Org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

FERGUNSON, C. E. Microeconomia. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

GODELIER, Maurice. Antropología y economía. Barcelona: Anagrama, 1976.

HUNT, E. K.; LAUTZENHEISER, Mark. História do pensamento econômico: uma perspectiva crítica. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2013.

LOPES, Luiz Martins; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. Manual de Macroeconomia: Básico e intermediário. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PINDYCK, Robert S.; RUBINFELD, Daniel. L. Microeconomia. 6. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época. Tradução: Anny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Compus, 2000.

SHIRAIISHI NETO, Joaquim. A particularização do universal: povos e comunidades tradicionais face às declarações e convenções internacionais. Introdução: delineamento. In: _____. (Org.). Direito dos povos e das comunidades tradicionais no Brasil: declarações, convenções internacionais e dispositivos jurídicos definidores de uma política nacional. Manaus: UEA, 2007.

SOUSA, G. S. Caça e segurança alimentar em comunidades ribeirinhas do Médio Xingu. 2015. 147f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento Sustentável) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

SUESS, Jorge Gasche. La ignorancia reina, la estupidez domina y la conchudez aprovecha. Engorde neo-liberal y dieta bosquesina. Revista Espaço Pedagógico, v. 17, n. 2, p. 279-305, 2010.

Texto submetido à Revista em 12.09.2016

Aceito para publicação em 21.04.2017